

Ajuda humanitária em campos precários: reflexos nas relações interpessoais de refugiados

Beatriz de Barros Souza ¹ , & Agnaldo Garcia ² 

Universidade Federal de Espírito Santo, Brasil.

RESUMO

Atualmente, boa parte das mais de 35 milhões de pessoas reconhecidas como refugiadas — no geral, por países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento — vivem em campos precários, onde predominam ações variadas de ajuda humanitária, como aquelas em prol de “saúde mental e apoio psicossocial” (SMAPS). Esta revisão narrativa de literatura pondera sobre os reflexos de SMAPS nas relações interpessoais de refugiados nos campos, discutida à luz dos aportes teóricos de Robert Hinde e Axel Honneth para as Ciências Sociais. Espera-se que as ferramentas conceituais aqui propostas possam guiar a análise temática de como opera a ajuda humanitária, bem como seus desafios, nos campos precários para refugiados.

Palavras chave

ajuda humanitária, campos de refugiados, relações interpessoais

ABSTRACT

Currently, many of the over 35 million people who are recognized as refugees by some — usually underdeveloped or developing — countries live in precarious camps, where diverse humanitarian aid actions predominate, such as those for “mental health and psychosocial support” (MHPSS). This narrative literature review considers the effects of MHPSS on the refugees’ interpersonal relationships within the camps, discussed in light of the theoretical contributions of both Robert Hinde and Axel Honneth to the Social Sciences. It is hoped that the conceptual tools herein provided can guide a thematic analysis of how humanitarian aid operates, as well as its main challenges, within precarious refugee camps.

Keywords

humanitarian aid, refugee camps, interpersonal relations

¹ Correspondence about this article should be addressed **Beatriz de Barros Souza:**

beatriz.souza@emescam.br

² **Conflicts of Interest:** The authors declare that the research was conducted in the absence of any commercial or financial relationships that could be construed as a potential conflict of interest.

Humanitarian aid in precarious camps reflexes on the interpersonal relationships of refugees

Introdução

Apesar de tardiamente iniciado no Brasil, cuja lei federal sobre a matéria data dos anos 1990, o debate sobre refugiados não é novo no meio internacional. No século XIX, a preocupação com a proteção aos civis em conflitos levou à criação do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (1863), do Conselho Internacional de Enfermeiros (1899) e de vários outros atores humanitários ainda atuantes nesta seara. Após a Segunda Guerra, essa proteção toma corpo na *Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados* (1951) da Organização das Nações Unidas (ONU), a qual confere esse *status* a toda pessoa que:

[...] temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual [...], não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele. (ONU, 1951, Art. 1 §2)

No geral, tais pessoas são denominadas “solicitantes de refúgio” enquanto aguardam o desfecho das suas solicitações pelos Estados onde buscam residir, ou “deslocadas à força”, antes de impetrarem tal solicitação, e “refugiadas convencionais”, quando reconhecidas nos termos desta Convenção. Neste texto, serão consideradas “pessoas em situação de refúgio” todas aquelas que se enquadrem em ao menos uma destas situações.

Em termos estatísticos, há mais de 108 milhões de deslocados à força no mundo (mais que o dobro da década passada), dos quais cerca de um terço consiste de refugiados convencionais, e aproximadamente a metade possui até os dezoito anos de idade, residindo em países ditos “subdesenvolvidos” (ACNUR, 2023). No Brasil, onde a Convenção de 1951 foi incorporada pela lei 9.474/1997, já residem mais de 65 mil pessoas reconhecidas como refugiadas (Junger et al, 2023).

Para sua maior proteção, o ACNUR (2023) elenca três medidas como “soluções duradouras”: a) a integração ao país no qual buscam acolhida; b) o reassentamento em outro país, ou; c) o retorno voluntário ao país de origem. As estruturas precárias, embora

fora dessas soluções, são comuns: estima-se que cerca de quarenta por cento das pessoas reconhecidas como refugiadas vivem em campos (ACNUR, 2014).

Embora sem uma definição oficial, os *campos* seriam arranjos “temporários” com “ao menos seis meses de existência e 2.500 indivíduos” (ACNUR, 2006, p. 58).³ Em regra, não oferecem solução duradoura a seus habitantes, o que configura algumas *situações de refúgio prolongado*. Estão nesta situação as populações de 25 mil refugiados ou mais que residam no exílio por um período igual ou superior a cinco anos (ACNUR, 2004).⁴

Atualmente, mais de 23 milhões de pessoas vivem nestas situações (ACNUR, 2023, p. 22), no geral, à mercê dos serviços e das intervenções fornecidas por um conjunto de “atores humanitários”. Conceitualmente, são assim denominadas as pessoas e organizações que atuam na “ajuda humanitária”. Esta última, por sua vez, pode ser compreendida enquanto:

[...] o apoio material, logístico e técnico imediato visando à reconstrução ou recuperação da infraestrutura coletiva afetada e ao atendimento às necessidades básicas da população em situação de vulnerabilidade até o restabelecimento das instituições e a reabilitação da população atingida. (Ramos, Donda & Silva, 2017, posição 548)

Embora a ajuda humanitária não se volte exclusivamente para pessoas em situação de refúgio, é notável o montante de atores que se voltam para este público. Entre as mais de oitocentas organizações humanitárias citadas pelo ACNUR como suas “parceiras” (*partners*), setenta e sete estão no setor da “saúde”, no qual dez atuariam na “área” de “saúde mental e apoio psicossocial” (SMAPS).⁵

Conceitualmente, “saúde mental e apoio psicossocial” (SMAPS) abrange “[...] todo tipo de apoio local ou externo cujo objetivo seja proteger ou promover o bem-estar psicossocial e/ou prevenir ou tratar o transtorno mental” (Inter-Agency Standing Committee, 2007, p. 1). Nos últimos anos, essa definição recebeu críticas por sua amplitude, devida ao fato de ter se baseado em uma “[...] metodologia de consenso entre especialistas do campo e não necessariamente em evidências” (Gagliato, 2018, p. 94).

³ No original, em Inglês: “For the SIR purposes, refugee camps are settlements which have been established for more than 6 months and have at least 2.500 individuals.” Tradução livre.

⁴ No original: “Using a crude measure of refugee populations of 25,000 persons or more who have been in exile for five or more years in developing countries, and excluding Palestinian refugees”. Tradução livre.

⁵ UNHCR Data Portal: Refugee Situations. *Partners List*. <<https://data.unhcr.org/en/partners>> [08 out 2023].

Em atenção a tais críticas, o IASC elaborou um “quadro comum” para monitorar e avaliar ações em SMAPS (IASC, 2017), recentemente atualizado (IASC, 2021). Em outros âmbitos, diferentes organizações humanitárias também já se reuniram para publicar índices que sejam mais avaliativos destas ações (Sphere Project, 2011; Antares Foundation, 2012).

Na década seguinte a este consenso, especificamente nas situações de refúgio e quanto à ajuda humanitária, no entanto, a literatura indica que ainda há muito a se aprimorar. No seu diagnóstico organizacional, Welton-Mitchell (2013, p. 48) desvela que o ACNUR cumpriria, à época: “apenas 2 dos 8 Princípios Antares e um terço dos indicadores associados” à saúde mental e ao bem-estar de seus funcionários.

Neste contexto de um crescente avaliativo das ações humanitárias, esta pesquisa traz o foco nas situações dos campos e de arranjos análogos para as pessoas em situação de refúgio, a fim de contribuir para o debate e arcabouço teórico das suas relações interpessoais. Para este fim, os métodos principais são detalhados na seção que segue.

Método

Consistindo de uma revisão narrativa de literatura, este artigo reúne pesquisas sobre o tema da ajuda humanitária nos campos de refugiados, com foco nas relações interpessoais destes últimos. Em razão de limites circunstanciais e conjunturais impostos pela pandemia, o desenho da pesquisa não foi linear, de modo que a generalização dos resultados encontra-se bastante limitada ao contexto específico da presente pesquisa.

Note-se que o advento desta emergência sanitária, declarada “pandêmica”, inseriu o tema da emergência humanitária no próprio modo de fazer pesquisa. Apesar de que não há situação humanitária, a princípio, previsível ou evitável, a sua experiência alterou o próprio objeto de pesquisa, no qual se incluíram, em última instância, os próprios pesquisadores.

As potencialidades da pesquisa anteriormente estruturada com base em entrevistas a serem feitas *in loco*, fora do país de origem dos pesquisadores, não foram exploradas a fundo. A pesquisa teve de ser reestruturada de modo a refletir sobre a bibliografia à luz do marco teórico selecionado. Para melhor nortear sua discussão, foi escolhido um marco teórico na intersecção das áreas da Psicologia das Relações Interpessoais e da Filosofia do Direito.

Marco Teórico

Este trabalho parte da premissa de que as ações humanitárias se refletem de vários modos nas relações interpessoais dos refugiados nos campos. Assim, o referencial para a análise destes reflexos é interdisciplinar: por um lado, traz Robert Hinde que, em Psicologia, contextualiza essas relações em um amplo sistema, propondo uma visão dialética das mesmas; pelo outro, aborda ideias de Axel Honneth, para quem, desde o Direito, há que se considerar as questões éticas centrais para as relações interpessoais na sua teoria do reconhecimento.

Hinde (1997) buscou organizar uma ciência dos relacionamentos a partir de princípios da Etologia, destacando a complexidade das relações interpessoais e a necessidade de integrar os diferentes saberes sobre o tema. Nesse sentido, Hinde (1987, 1997) diferencia as interações dos relacionamentos: estes reúnem uma série de interações ao longo do tempo entre sujeitos que afetam e são afetados por encontros anteriores e pela expectativa de encontros futuros, enquanto aquelas não se estenderiam no tempo, impactando menos as expectativas futuras.

Outra marca de sua abordagem é a importância da descrição dos relacionamentos como ponto de partida para sua compreensão, especialmente quanto ao conteúdo (o que os indivíduos fazem juntos) e a qualidade (como o fazem). Enquanto o conteúdo do relacionamento se refere ao que os indivíduos fazem quando estão juntos, a sua diversidade diz respeito ao número de coisas que podem ser feitas por eles.

Por fim, Hinde (2007, p. 245) afirma que sua teoria se difere daquela de muitos “filósofos morais” cujo “foco” seria “como as pessoas devem se comportar”, enquanto sua análise seria sobre a comparação entre “como elas acham que devem se comportar e como realmente se comportam”.⁶ Para Hinde (1997), os relacionamentos estão em relação dialética constante com diferentes grupos ou redes, como no caso da família, do ambiente escolar, e outros, de forma sobreposta ou não.

Nesse sentido, é destacada a colaboração, do teórico Axel Honneth (2003), que esquematiza a dialética hegeliana de etapas para o reconhecimento social (indivíduo, pessoa e sujeito de direitos) e, com base nesta, empreende uma “atualização sistemática” com o objetivo de desvelar a “estrutura das relações sociais de reconhecimento”. Esta estrutura possuiria três “modos” distintos (dedicação emotiva, respeito cognitivo e estima

⁶ No original e na íntegra: “For many moral philosophers the central focus is on how people ought to behave; mine is on how they *think* they should behave and how they *actually* behave”. Grifos no original.

social), cada qual com formas de desrespeito ou reconhecimento específicas e embasadas, portanto, nos relacionamentos interpessoais, sobretudo em grupos e entre grupos.

No primeiro nível (da “integridade física”), por exemplo, o desrespeito prejudicaria a relação da pessoa com sua imagem corpórea do *self*, enquanto no segundo sua “morte social” seria causada pelo desrespeito no acesso a direitos, afetando seu sentido normativo de *self*. No terceiro nível, em que indivíduos ou grupos são atacados no seu estilo de vida, o desrespeito, equivalente à injúria, poderia ser transmutado em uma “motivação para atos de resistência política” (Honneth, 1992, p. 200).

Na elaboração de sua teoria, Honneth (2013) de fato identifica lacunas muito similares às elencadas por Hinde nos seus estudos, sobretudo nas teorias psicanalítica e sociológica. Julga, porém, “grave” que “as estilizações unilaterais parecem impedir radicalmente uma conexão conceitual básica entre as duas disciplinas” (Honneth, 2013, p. 61).

De modo a tentar superar estas lacunas, a presente pesquisa apresenta e discute trechos da bibliografia indexada na base PsycInfo. A busca retornou cerca de 300 resultados para os descritores ‘campos de refugiados’ (*‘refugee camps’*), e a seleção de cerca de 60 dentre elas se deveu à afinidade ao tema central da pesquisa.

Resultados

Dentre os resultados, foram selecionados textos relacionados à prestação de ajuda humanitária em campos de refugiados e arranjos análogos. A organização pautou a afinidade dos textos entre si e ao tema geral para a sua catalogação em subtemas, conforme segue, para a posterior análise temática (Braun & Clarke, 2006).

Relatos sobre os Campos: Características Gerais

Na literatura, os atributos dos campos que mais chamam a atenção no geral têm relação com sua: grandeza; gestão; e infraestrutura. Com relação à *grandeza* (tanto espacial, como temporal), são destacadas as situações de ‘refúgio prolongado’. Como a lista dessas situações não foi atualizada praticamente desde sua definição (ACNUR, 2004), são estimados em ao menos trinta (30) campos, totalizando mais de um milhão de indivíduos, em onze países distintos, com pessoas nessa situação (Tabela 1).

Tabela 1

Campos com populações em situação de refúgio prolongado (ACNUR, 2017)

País	Campo	Fundado em	População (ACNUR, 2016)
Camarões	Minawao	2013	60.075
Chade	Bredjing	2004	42.970
	Farchana	2004	27.671
	Goz Amer	2004	32.475
	Oure Cassoni	2004	27.839
Etiópia	Pugnido	1996	63.875
	Bokolmany	2009	42.605
	Melkadida	2010	31.616
	Buramino	2011	39.605
	Hilaweyn	2011	45.522
	Kobe	2011	45.034
Jordânia	Zataari	2012	77.740
Quênia	Dagahaley (Dadaab)	1992	71.647
	Hagadera (Dadaab)	1992	84.721
	Ifo (Dadaab)	1992	70.092
	Kakuma	1992	154.947
Malawi	Dzaleka	1994	26.919
Mauritânia	Mbéra	2012	46.640
Paquistão	Akora Khattak	1985	28.942
	Gamkol	1985	30.474
	Old Shamshatoo	1985	38.967
	Panian	1985	44.381
Sudão do Sul	Ajuong Thok	2013	36.530
	Kaya	2013	25.376
	Doro	2011	52.742
	Yusuf Batil	2011	41.280
Turquia	Akcakale	2012	31.801
Tanzânia	Nyarugusu	1996	128.642

Nota. Adaptado de: Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados / ACNUR (2004).

No geral, é possível dizer que não há “solução duradoura” à vista para estas pessoas. Na maioria das vezes, a integração ao país de acolhida ou o retorno voluntário ao de origem ainda são soluções menos viáveis do que aguardar, quase indefinidamente, nesses espaços por alguma chance de reassentamento em outro país. Enquanto aguardam, seus documentos são provisórios e sua liberdade de movimento, na maioria das vezes, é restrita, implicando em limitações severas a seus direitos humanos (ACNUR, 2004).

Outro atributo dos campos bem destacado pela literatura foi o seu modelo peculiar de *gestão*. As organizações que coordenam o funcionamento desses locais não legislam sobre seu “desenho, implantação, administração ou fechamento” (Pacheco, 2010, p. 16).

Os campos são assim considerados “arranjos anômalos”, estando situados em território estatal e governados por organizações não-estatais (Janmyr, 2014), de alcance local ou internacional.

A respeito destas organizações, importa notar o quanto cresceram, em especial, nos últimos anos. Entre as mais de 700 listadas pelo ACNUR como “parceiras” (*partners*),⁷ 70 estão no setor de saúde e dez na “área” de saúde mental e apoio psicossocial (SMAPS). Destas dez, nove são organizações não-governamentais de alcance internacional.⁸

Desde a pactuação das Diretrizes sobre SMAPS (IASC, 2007), é proposto que a gestão dessas organizações observe a “*Pirâmide de Intervenção*”: i. Serviços básicos e segurança; ii. Apoio à comunidade e às famílias; iii. Apoios focados não especializados; iv. Serviços especializados. O quarto nível (“superior”), enfim, deveria conter menos ações e organizações que as do nível primário (IASC, 2007, p. 12). Todavia, dado que a gestão das ações de ‘segurança’ é, no geral, de responsabilidade do Estado onde esses espaços se situam, é possível que os atores em campo estejam, muitas vezes, bastante aquém desse ideal.

De fato, em uma revisão sistemática de 160 relatórios de ações SMAPS em situações humanitárias (Tol et al, 2011), as cinco mais comuns, entre 2007 e 2010, teriam sido: (a) aconselhamento individual (39%), facilitação de apoio comunitário a indivíduos vulneráveis (23%), provisão de espaços amigáveis para crianças (21%), incentivo a apoio social iniciado na comunidade (21%), e aconselhamento básico para grupos e famílias (20%), a maioria sendo financiada externamente. Entre outras possibilidades, os autores destacam os efeitos promissores de fortalecer o apoio das famílias e das comunidades locais.

Quanto à *infraestrutura*, a literatura tende a destacar os impactos de suas lacunas para a saúde mental dos refugiados. Mediante *survey*, Feyera et al. (2015) investigam os preditores da depressão em somalis adultos no campo de Melkadida (Etiópia),

⁷ UNHCR Data Portal: Refugee Situations. *Partners List*. <<https://data.unhcr.org/en/partners>> [08 out 2023].

⁸ CARE International (Cooperative for Assistance and Relief Everywhere Inc.); Center for Victims of Torture (CVT); International Medical Corps (IMC); Italian Refugee Council (CIR); Jesuit Refugee Service (JRS); Nippon International Cooperation for Community Development (NICCOD); Noor Al Hussein Foundation (NHF Jordan); Organização Mundial da Saúde (OMS); Save the Children International (SCI) e Terre Des Hommes (TDH).

ressaltando, entre outros, a ausência de abrigo como um fator relacionado a resultados graves do quadro depressivo.

Outros problemas psiquiátricos em uma clínica comunitária em Kakuma, no Quênia, são abordados por pesquisadores que defendem o estabelecimento de tais clínicas em campos nos países de baixa renda (Kamau et al., 2004). Assim, por exemplo, no campo de Soubgandé (Burkina Faso), onde tuaregues estavam refugiados sem qualquer ajuda humanitária há quase um ano (Carta et al., 2013), foi notada a melhoria no quadro de alguns participantes do estudo anterior, em parte atribuível a mudanças de ares e esperança de retorno (Carta et al., 2018).

A gravidade dos traumas nos campos e nos abrigamentos improvisados antes de ser alocada nesses espaços é ainda estudada por Vu (2007), a partir de sua própria experiência como refugiada. Esforços locais em áreas sensíveis de saúde mental são enfim ilustradas pelas tentativas de reduzir índices de suicídio entre refugiados por voluntários da comunidade ao redor dos campos no sul da Índia (Vijayakumar et al., 2017).

Estas condições de vida altamente precarizadas se refletem, assim, tanto na provisão da ajuda humanitária (seja no planejamento, seja na sua realização), como ainda nas relações entre as pessoas que neles habitam. A próxima seção traz mais dados a respeito da primeira dimensão, enquanto a subsequente foca nos efeitos sobre as relações interpessoais.

Relatos sobre a Ajuda Humanitária: Teoria e Prática

No plano teórico, antes das Diretrizes (IASC, 2007), certos estudos contribuíram para a noção de apoio psicossocial. Galappatti (2003), por exemplo, com base em casos do Sri Lanka, revisita uma vasta gama de intervenções que já ocorriam no país. Anos depois, um programa psicossocial foi implantado em campos da Guiné para tratar traumas de sobreviventes de tortura e guerra na Libéria e em Serra Leoa (Stepakoff et al., 2006).

Strang e Ager (2003), por sua vez, apontam a grande diversidade de perspectivas para se prestar o apoio psicossocial em áreas de conflito. Apresentam um arcabouço conceitual para a compreensão do bem-estar psicossocial que poderia servir para avaliar o impacto dos eventos, notando o esgotamento e acréscimo de recursos humanos, sociais e culturais em conflitos. Ainda discutem temas sobre intervenções efetivas, apropriadas e de cunho ético em relação com a importância fundamental de facilitar o engajamento da comunidade.

Segundo Wessells (2008), a assistência psicossocial em situações de emergência presta papel de relevo no alívio do sofrimento e na promoção do bem-estar, mas frequentemente é fonte de danos não-pretendidos. Ressalta a importância de aspectos relativos à coordenação das ações, dependência, politização, avaliação, assistência de curto prazo, risco de imposição de abordagens externas, avaliação da proteção e impactos da ajuda junto às comunidades locais, de forma bastante similar às preocupações mais centrais das Diretrizes (IASC, 2007).

Alfadhli e Drury (2016), a partir de uma revisão de sessenta artigos, apontam a diversidade de necessidades psicossociais e estressores nos campos e destacam a importância do apoio baseado no próprio grupo para a saúde mental dos indivíduos. Relatam que os estressores variam conforme a fase em que se encontram os refugiados, que são mais afetados pelos estressores diários do que pela síndrome pós-traumática, embora muitas intervenções focam somente na última. Os autores indicam também a existência de efeitos positivos do apoio psicossocial na saúde mental de pessoas deslocadas, sugerindo a visão de uma identidade comum entre os refugiados e de seu empoderamento ao ativar as redes de apoio social.

Finalmente, certos artigos discutem as prioridades de pesquisa em SMAPS, como, por exemplo, a necessidade de uma agenda para fortalecer a saúde mental e o apoio psicossocial em situações humanitárias. Essa agenda deveria enfatizar, a geração de conhecimento prático e um melhor alinhamento entre pesquisa e prática, atenção às perspectivas da população afetada e sensibilidade ao contexto sociocultural (Tol et al, 2011).

Estudos discutem ainda prioridades da pesquisa no tema de saúde mental e apoio psicossocial (SMAPS) em situações humanitárias, com destaque para: (1) a prevalência e o peso de dificuldades de saúde mental e psicossocial em situações humanitárias, (2) como implantar medidas para promover SMAPS, (3) a avaliação de intervenções SMAPS, (4) os determinantes de saúde mental e sofrimento psicossocial, e (5) a melhoria de métodos e processos de pesquisa (Tol et al., 2012). Problematicam, enfim, a falta de diálogo entre pesquisa e prática, pelo que a primeira deve ser mais sensível às questões geradas pelas práxis, enquanto agentes precisam considerar os achados de pesquisas para melhor delinear suas intervenções.

Quanto ao escopo das pesquisas, Halabi (2005) defende mais abordagens qualitativas em Enfermagem para servir a refugiados, especialmente palestinos na Jordânia. Sukarieh e Tannock (2012), por sua vez, destacam os problemas de pesquisas

junto às comunidades extensivamente investigadas, como os palestinos abrigados em Shatila, no Líbano, sem que tais investigações evidenciem mudanças mais positivas para essas comunidades.

Em uma situação de deslocamento prolongado, Hynie (2018) destaca que o sucesso da integração local deveria ser avaliado pelo grau de inclusão e participação econômica e social de refugiados na comunidade de acolhida, devendo ser analisados seus efeitos no contexto social, o impacto de políticas (inclusive, no caso de se criarem campos ou arranjos análogos), bem como no caso de se promover o seu reassentamento em novos países.

Em outro cenário ‘pós-crise’, Dückers, Thormar, Juen, Ajdukovic, Newlove-Eriksson e Olff (2018) avaliam 40 programas de intervenção em saúde mental, dos quais cerca de 15% estariam voltados para a população de imigrantes, refugiados ou deslocados internos no contexto europeu. Pelos dados obtidos junto aos coordenadores dos programas, os autores sugerem três critérios avaliativos de sua qualidade: planejamento e sistema de aplicação do programa; critérios de sua avaliação geral; e princípios psicossociais essenciais. Destacam, por fim, a necessidade de mais pesquisas para testar e aprimorar tais critérios avaliativos.

No que tange a análises durante os conflitos, trabalhos avaliativos criticam, programas de SMAPS, no que tange, por exemplo, à coordenação entre agências desses programas para refugiados na Síria (Eloul et al, 2013), com a análise das capacidades e lacunas nos recursos disponíveis. Em conflitos menos noticiados, como as violentas explosões de 2012 em Brazzaville, na República do Congo, com registro de mais de 280 mortes e 15.000 desabrigados, outro artigo indicou que só um pequeno número de pessoas teria recebido esse apoio externo (Moayedoddin, Makaya & Canuto, 2014).

Ainda quanto à avaliação de intervenções dessa natureza, Burina e Burina (2016), no leste europeu, examinam áreas afetadas por conflitos na Chechênia, após a pacificação com a Rússia, no que se refere a programas de saúde mental. Para as autoras, programas com foco na superação do trauma ajudariam a reduzir o nível geral de violência entre vítimas e agressores, contribuindo para os trabalhos de reconstrução pós-conflito.

Nesse íterim, importa destacar que diversos trabalhos trazem reflexões para o estudo das relações interpessoais nos campos de refugiados, seja entre grupos diversos, seja no interior dos diferentes grupos sociais. Esses achados serão brevemente comentados na próxima seção.

Relatos sobre as Relações Interpessoais nos Campos

Acerca das relações interpessoais das pessoas em situação de refúgio, há mais aspectos sociais negativos do que positivos nos relatos relacionados a uma gama de conflitos interpessoais, no geral, comuns a toda sociedade. A precariedade dos campos, no entanto, acirra muitos desses conflitos e expõe muito mais as pessoas a seus resultados violentos do que em outras situações.

Em que pese essa vulnerabilidade, e sem negar a precariedade desses lugares, De Carvalho e Pinto (2018) apontam o significado psicológico negativo de retratar os refugiados sempre como vítimas (*‘helpless victims’*) no Congo. Indicam que, mesmo nessas condições, os relatos dos próprios habitantes dos campos destacam o comportamento pró-comunidade de muitos dos seus membros como facilitador do convívio e da vida social.

Discussão

Esta seção pretende discutir temas latentes às pesquisas descritas na seção anterior, a respeito da provisão de ajuda humanitária nos campos de refugiados, à luz do marco teórico selecionado. Em primeiro lugar, serão discutidos aspectos conceituais sobre o comportamento “de ajuda” ou de “altruísmo”, bem como sobre o “estigma” que provocam, para então se debaterem aspectos teóricos e hipotéticos sobre as causas e os efeitos destes comportamentos nas relações interpessoais dos refugiados, nos campos e em arranjos análogos.

Os Conceitos de “Comportamento de Ajuda” e de “Altruísmo”

Em teoria, o “altruísmo” difere do “comportamento de ajuda” porque este possuiria “motivações autocentradas” para “aliviar o sofrimento” de outrem (Rodrigues et al, 2009, p. 228). Na prática: “Ajudar pode envolver custos para quem ajuda, como também pode trazer recompensas: na maioria dos casos [...] faz ambas as coisas” (Hinde & Groebel, 1991, p. 4).

Dessa forma, com alguma “recompensa”, seria razoável supor uma maior longevidade da ajuda. Como visto, esta “recompensa” esteve relacionada à profissionalização dos agentes: da atuação “voluntária” à coordenação dos esforços de organizações humanitárias no âmbito das Nações Unidas, resultou uma operação mais

contínua, ainda que com inserções mais breves, nos campos e em outras situações de emergência humanitária.

Quanto às qualidades da ajuda, Fultz e Cialdini (1991, p. 135) citam três na visão de quem a presta sobre quem a recebe: “o outro como objeto, o outro como avaliador e o outro como indivíduo”.⁹ A qualidade de “indivíduo” - da qual resultaria uma ajuda “genuinamente altruísta” - , seria muito rara na visão dos autores, que a consideram mais uma “possibilidade teórica” do que “um fato empiricamente estabelecido” (Fultz & Cialdini, 1991, p. 136).

Seria a visão do outro enquanto “indivíduo”, porém, que traria seu reconhecimento enquanto sujeito de “direitos”, com suas “necessidades, desejos e objetivos próprios” (Fultz & Cialdini, 1991, p. 136).¹⁰ Nesse sentido, lembra a teoria normativa do reconhecimento mútuo que Honneth (1992, p. 188) vislumbra no pensamento de Ernst Bloch, quando diz que: “[...] a integridade dos sujeitos humanos, vulneráveis como são a injúrias por insultos e desrespeito, depende de receberem aprovação e respeito dos outros”.¹¹

O Estigma quanto à Ajuda nos Campos de Refugiados

Nos estudos anteriormente vistos, compareceu ainda a preocupação com a barreira das diferenças culturais para a prestação das ações de SMAPS. Tais diferenças poderiam suscitar um estigma (uma concepção prévia, geralmente negativa) tanto nos prestadores de SMAPS com relação ao público-alvo, quanto de parte dos refugiados acerca destas ações.

Teoricamente, seria possível classificar este estigma no segundo nível (normativo) das formas de desrespeito da teoria do reconhecimento de Honneth (1992). Em todos os níveis, porém: “[...] as diversas formas de desrespeito à integridade psíquica assumem o mesmo papel negativo que as doenças orgânicas desempenham no contexto dos processos corporais” (Honneth, 1992, p. 192).¹² Este reflexo no nível psíquico das relações

⁹ No original: “[...] the other as object, the other as evaluator, and the other as an individual.”

¹⁰ No original: “The orientation to the other as individual [...] involves recognizing the other as a person in her or his own right, a person with needs, desires, and goals of his or her own.”

¹¹ No original e na íntegra: “Without realizing it, Bloch avails himself of a normative theory of mutual recognition. According to this theory, the integrity of human subjects, vulnerable as they are to injury through insult and disrespect, depends on their receiving approval and respect from others.”

¹² No original: “[...] the various forms of disrespect for psychological integrity take on the same negative role that organic diseases play in the context of body processes.”

interpessoais não pode ser menosprezado, sendo tão importante buscar combater o estigma quanto de promover direitos, como o direito à saúde mental, nos campos.

Entre as principais formas organizativas dos refugiados nos campos para combater os efeitos nocivos deste estigma, portanto, compareceram relatos de ações voluntárias que seriam desempenhadas inclusive por refugiados junto às organizações nos campos. A respeito destas ações, não cabe pensar, entretanto, que são recebidas igualmente por todas as pessoas.

Nesse sentido, cabe citar uma premissa da teoria das relações interpessoais, pela qual os comportamentos “bons” e aqueles ditos “ruins” seriam, no geral, “dois lados da mesma moeda” (Hinde, 2007, p. 249).¹³ Como discutido na seção anterior, motivações autocentradas, apesar de socialmente tidas como “ruins”, são comuns em comportamentos de ajuda.

Em vista de tal premissa, não cabe juízo de valor acerca das motivações das pessoas refugiadas nessas situações para se implicarem em ações desse tipo. Mais importantes seriam os reflexos de se comportarem dessa forma, visto que, para Hinde (1991, p. 134): “Diversos estudos clássicos sobre variáveis situacionais demonstraram que um número crescente de espectadores (passivos) reduz a probabilidade de que indivíduos venham a ajudar, enquanto a observação de espectadores ajudando ativamente aumenta a tendência pró-social”.¹⁴ Dessa forma, comportamentos de ajuda podem influenciar positivamente a convivência comunitária.

Além desses reflexos positivos, foi percebida uma “identidade comum” entre aqueles refugiados que atuam voluntariamente nos campos. Nestes casos, cabe refletir sobre o papel dos grupos para o primeiro nível (subjetivo ou psíquico) das relações interpessoais.

De fato, a categoria de “grupo”, para Honneth (2013, p. 78): “[...] longe de representar uma ameaça para a identidade pessoal, é, nas palavras de Adorno, uma fonte da humanidade”. Para a sua teoria do reconhecimento, seria fundamental a “experiência de apoio que se faz através da prática de valores compartilhados no grupo” para que o indivíduo possa “manter o autorrespeito” e a “autoestima” ao longo de sua vida (Honneth, 2013, p. 77).

¹³ No original e na íntegra: “Developmentally, 'good' and 'bad' behaviour are two sides of the same coin, which predominates depending largely on the vicissitudes of experience.”

¹⁴ No original: “Several classical studies on situational variables have demonstrated that with an increasing number of (passive) bystanders the likelihood that individuals will help decreases, whereas observation of bystanders actively helping increases the prosocial tendency”.

Quando o grupo social, em última análise, seria toda a humanidade, o indivíduo pode até cruzar fronteiras em busca da experiência compartilhada de apoio. Neste sentido, o último tema para a discussão dos resultados seria referente à ajuda internacional.

Ajuda sem Fronteiras: A Rede Humanitária Internacional

As várias limitações nos campos, anteriormente vistas, são fruto de uma desigualdade global pela qual, enquanto alguns se deslocam pela insuficiência de recursos, outros buscam redistribuir certos excedentes em seu local de origem. Nos deslocamentos em prol da ajuda humanitária, os meios de comunicação seriam motivadores centrais, uma vez que propiciam “[...] uma rede que aprimora a comunicação mundial, permitindo que o destinatário se familiarize com e até participe de outros grupos e culturas, reduzindo assim sua estranheza” (Hinde, 1991, p. 267).¹⁵ Para isto, caberia rever os modos tanto como se estruturam quanto como se divulgam as ações humanitárias.

Acerca do conteúdo frequentemente divulgado nas mídias sobre ações humanitárias -incômodo que comparece também em estudos com comunidades amplamente pesquisadas-, importa notar o que também se esconde. De acordo com Hinde (2007, p. 9):¹⁶ “O que os jornais não relatam são os inúmeros atos de bondade e cooperação que a maioria de nós recebe todos os dias.” Mudar este conteúdo significaria, ainda, mudar também as representações tanto de quem presta a ajuda quanto de quem a recebe, reduzindo o estigma entre ambos. Conforme diz Hinde (1991, p. 6): “A confiança de que crenças e valores são compartilhados pode ser essencial para a confiança e o comprometimento”,¹⁷ que, como visto, levam tempo para serem construídos nos campos.

Acerca da estrutura da ajuda humanitária, a demanda de que os Estados tomem para si o papel de formar pessoas mais conscientes das situações de emergência já seria importante. Enquanto isto não ocorre, todavia, a qualificação desses debates em todos os níveis de formação e em todos os níveis das relações interpessoais já promoveria, em alguma medida, o reconhecimento dos direitos dos refugiados, inclusive, a saírem dos

¹⁵ No original: “Although often blamed for antisocial effects, the mass media nevertheless offer a global network which enhances worldwide communication, enabling the recipient to become acquainted with and even to participate in other groups and other cultures, thereby reducing their strangeness.”

¹⁶ No original: “What the papers do not report are the innumerable acts of kindness and cooperation that most of us receive every day.”

¹⁷ No original: “Confidence that beliefs and values are shared may be essential for trust and commitment”.

campos e desses arranjos análogos para se integrarem plenamente em outros países e outras sociedades de acolhida.

Considerações Finais

A presente pesquisa revisa estudos que trazem aspectos centrais da provisão de ajuda humanitária em campos de refugiados e arranjos igualmente precários, sob o marco teórico da teoria do reconhecimento de Axel Honneth e das relações interpessoais de Robert Hinde. No plano ideal, estes debates deveriam incluir aspectos frequentemente relegados ao segundo plano, como aspectos políticos e geopolíticos da prestação desta ajuda. Na prática, mais estudos, discussões e teorias acerca destas realidades precárias, no geral, relegadas ao segundo plano por áreas como o Direito e a Psicologia já seriam, por si, um grande avanço rumo a uma pesquisa mais implicada socialmente com as mudanças da realidade.

Referências

- Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados ([ACNUR], 2004). *Protracted refugee situations*. Nações Unidas.
- Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados ([ACNUR], 20006). *Practical guide to the systematic use of standards and indicators in UNHCR operations*. Nações Unidas.
- Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados ([ACNUR], 2014). *Policy on alternatives to camps*. Nações Unidas.
- Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados ([ACNUR], 2023). *Global trends: Forced displacement in 2022*. Nações Unidas.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in Psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2). 77-101.
- De Carvalho, C., & Pinto, M. (2018). Refugee camp as an immediate solution: Response and its psychological meanings. Peace and Conflict. *Journal of Peace Psychology*, 24(3), 277-282.
- Feyera, F., Mihretie, G., Bedaso, A., Gedle, D., & Kumera, G. (2015). Prevalence of depression and associated factors among Somali refugee at Melkadida camp, southeast Ethiopia: a cross-sectional study. *BMC Psychiatry*, 15(1), 171-177.
- Flick, U. (2008). “Entrevista episódica”. In Bauer, Martin W.; Gaskell, G. (Eds.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático*, (pp. 114-136). Vozes.
- Flick, U. (2013). *Introdução à metodologia de pesquisa: guia para iniciantes*. Penso.
- Fultz, J. & Cialdini, R. B. (1991). Situational and personality determinants of the quantity and quality of helping. Hinde, R. A., & Groebel, J. (Orgs.). *Cooperation and Prosocial Behaviour*, (pp. 135-146). Cambridge University Press.
- Gagliato, M. F. (2018). *Saúde Mental e Apoio Psicossocial em emergências humanitárias: uma análise crítica entre políticas e práticas atuais de assistência*. 163 p. Tese (Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade), Faculdade de Saúde Pública (USP), São Paulo. <https://doi.org/10.11606/T.6.2019.tde-21032019-170435>
- Hinde, R. A. (1987). *Individuals, relationships and culture: Links between ethology and social sciences*. Cambridge University Press.
- Hinde, R. A. (1997). *Relationships: A dialectical perspective*. Psychology Press.

- Hinde, R. A. (2007). *Bending the Rules: Morality in the Modern World - From Relationships to Politics and War*. Oxford University Press.
- Hinde, R. A., & Groebel, J. (1991). *Cooperation and prosocial behaviour*. Cambridge University Press.
- Honneth, A. (1992). Integrity and disrespect: principles of a conception of morality based on the theory of recognition. *Political Theory*, 20(2), 187-201.
- Honneth, A. (2003). *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Editora 34.
- Honneth, A. (2013). O eu no nós: reconhecimento como força motriz de grupos. *Sociologias*, 15(33), 56-80. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222013000200003>
- Inter-Agency Standing Committee. (2007). *Diretrizes do IASC sobre Saúde Mental e Apoio Psicossocial em emergências humanitárias*. IASC.
- Janmyr, M. (2014). Attributing wrongful conduct of implementing partners to UNHCR: International responsibility and human rights violations in refugee camps. *Journal of International Humanitarian Legal Studies*, 5, 42-69.
- Junger, G., Cavalcanti L., Oliveira, T., & Lemos, S. (2023). *Refúgio em números*. Brasília. <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/refugio-em-numeros>
- Kamau, M., Silove, D., Steel, Z., Catanzaro, R., Bateman, C., & Ekblad, S. (2004). Psychiatric disorders in an African refugee camp. *Intervention*, 2(2), 84-89.
- Organização das Nações Unidas ([ONU], 1951). *Convenção relativa ao estatuto dos refugiados*. ONU.
- Pacheco, A. J. C. (2010). *Campos de refugiados: Relaciones socio-ambientales según la temporalidad*. [Dissertação de Mestrado]. Universidad Autónoma de San Luis Potosí, México.
- Ramos, E., Donda, E. O. C. S., & Silva, R. C. (2017). Ação Humanitária. Cavalcanti, L., Botega, T., Tonhati, T., Araújo, D. (Orgs.). *Dicionário crítico de migrações internacionais*. UnB. <https://doi.org/10.7476/9788523013400>
- Rodrigues, A., Assmar, E. M. L., & Jablonski, B. (2009). *Psicologia social*. Vozes.
- Vijayakumar, L., Mohanraj, R., Kumar, S., Jeyaseelan, V., Sriram, S., & Shanmugam, M. (2017). CASP: An intervention by community volunteers to reduce suicidal behaviour among refugees. *International Journal of Social Psychiatry*, 63(7), 589-597.
- Vu, Q. G. N. (2007). Journey of the abandoned: Endless refugee camp and incurable traumas. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 32(3), 580-584.

- Welton-Mitchell, C. E. (2013). *UNHCR's mental health and psychosocial support: For staff*. Geneva: Nações Unidas. <https://www.unhcr.org/51f67bdc9.pdf>
- Wessells, Michael G. (2008). Do no harm: challenges in organizing psychosocial support to displaced people in emergency settings. *Refuge: Canada's Journal on Refugees*, 25(1), 6-14. <https://doi.org/10.25071/1920-7336.21392>

Received: 2022-08-24

Accepted: 2024-03-13